

Seção 1

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

PORTARIA No 487, DE 27 DE JULHO DE 2016

Estabelece procedimentos a serem adotados em caso de reconhecimento da procedência do pedido, abstenção de contestação e de recurso e desistência de recurso e dá outras providências. O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, VI, XIII e XVIII artigo 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, bem como o artigo 4º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e Considerando os termos do Acordo de Cooperação Técnica nº 052/2009/CNJ, de 9 de junho de 2009, celebrado entre a Advocacia Geral da União - AGU e o Conselho Nacional de Justiça - CNJ; Considerando os termos da Portaria Interministerial nº 1.186, de 2 de julho de 2014, subscrita pelo Advogado-Geral da União, pelo Ministro de Estado da Justiça, pelo Ministro de Estado da Previdência Social e pelo Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público; Considerando que, com o advento do novo CPC, Lei Federal nº 13.105/2015, que inaugurou uma inovadora sistemática de precedentes vinculantes e técnicas de julgamento de casos repetitivos na ordem processual civil brasileira, revela-se necessária a atualização da redação das Portarias nºs 171/2011, 260/2012, 227/2014, 380/2014, 534/2015 e 60/2016, que dispõem sobre abstenção de contestação e de recurso e desistência de recurso, resolve: Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelos Advogados da União para reconhecimento da procedência do pedido, abstenção de contestação e de recurso e desistência de recurso já interposto, nos casos em que especifica. Art. 2º Os Advogados da União ficam autorizados a reconhecer a procedência do pedido, a abster-se de contestar e de recorrer e a desistir dos recursos já interpostos, quando a pretensão deduzida ou a decisão judicial estiver de acordo com: I - súmula da Advocacia-Geral da União ou parecer aprovado nos termos dos artigos 40 ou 41 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; II - súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal; III - acórdão transitado em julgado, proferido em sede de controle concentrado de constitucionalidade; IV - acórdão transitado em julgado, proferido em sede de recurso extraordinário repetitivo, processado nos termos do artigo 1.036 do CPC; V - acórdão transitado em julgado, proferido pelo Supremo Tribunal Federal em sede de recurso extraordinário em incidente de resolução de demandas repetitivas, processado nos termos do artigo 987 do CPC; VI - acórdão transitado em julgado, proferido pelo Supremo Tribunal Federal em sede de incidente de assunção de competência, processado nos termos do artigo 947 do CPC; e VII - acórdão transitado em julgado, proferido pelo plenário do Supremo Tribunal Federal ou súmula do Supremo Tribunal Federal, desde que observados os parâmetros estabelecidos em orientações específicas, aprovadas pela Secretaria-Geral de Contencioso, referentes a cada objeto de direito material. Parágrafo único. A Secretaria-Geral de Contencioso dará imediata ciência aos Advogados da União da publicação de súmula ou de acórdão do Supremo Tribunal Federal, sem prejuízo da expedição de orientações sobre o seu alcance e parâmetros, quando necessário. Art. 3º Os Advogados da União ficam autorizados a reconhecer a procedência do pedido, a abster-se de contestar e de recorrer e a desistir dos recursos já interpostos, quando a pretensão deduzida ou a decisão judicial estiver de acordo com: I - acórdão transitado em julgado, proferido pelo Superior Tribunal de Justiça em sede de recurso especial repetitivo, processado nos termos do artigo 1.036 do CPC; II - acórdão transitado em julgado, proferido pelo Superior Tribunal de Justiça em sede de recurso especial em incidente de resolução de demandas repetitivas, processado nos termos do artigo 987 do CPC; III - acórdão transitado em julgado, proferido pelo Superior Tribunal de Justiça em sede de incidente de assunção de competência, processado nos termos do artigo 947 do CPC; IV - acórdão transitado em julgado, proferido pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça; V - súmula do Superior Tribunal de Justiça; VI - acórdão transitado em julgado, proferido pelo Tribunal Superior do Trabalho em sede de recurso de revista repetitivo, processado nos termos do art. 896-C da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); VII

- acórdão transitado em julgado, proferido pelo Tribunal Superior do Trabalho em sede de recurso de revista em incidente de resolução de demandas repetitivas, processado nos termos do artigo 987 do CPC, conforme o artigo 8º da Instrução Normativa nº 39/2016, aprovada pela Resolução nº 203, de 15 de março de 2016, do Pleno do TST; VIII - acórdão transitado em julgado, proferido pelo Tribunal Superior do Trabalho em sede de incidente de assunção de competência, processado nos termos do artigo 947 do CPC, conforme o artigo 3º, XXV, da Instrução Normativa nº 39/2016, aprovada pela Resolução nº 203, de 15 de março de 2016, do Pleno do Tribunal Superior do Trabalho; IX - acórdão transitado em julgado, proferido pelo Pleno do Tribunal Superior do Trabalho; X - súmula do Tribunal Superior do Trabalho; ou XI - acórdão transitado em julgado, proferido pela Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em sede de incidente repetitivo, processado nos termos do art. 17º, VII, a, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, nos processos que tramitam nos Juizados Especiais Federais.

§ 1º. Para efeito do disposto no caput deste artigo, os Advogados da União devem observar os parâmetros estabelecidos em pareceres referenciais específicos, aprovados pelo Procurador-Geral da União, referentes a cada objeto de direito material de acórdão ou de súmula. § 2º. Na elaboração do parecer referencial de que trata o § 1º deste artigo, deverá ser considerada a probabilidade de reversão da respectiva tese pelo Superior Tribunal de Justiça ou pelo Supremo Tribunal Federal, devendo, nesta última hipótese, ser ouvida a Secretaria-Geral de Contencioso.

§ 3º. Aplica-se o caput do presente artigo às súmulas editadas pela Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em matéria infraconstitucional, desde que demonstrada a ausência de probabilidade de reversão da respectiva tese pelo Superior Tribunal de Justiça ou pelo Supremo Tribunal Federal, devendo, nesta última hipótese, ser ouvida a Secretaria-Geral de Contencioso.

Art. 4º - Os Advogados da União ficam autorizados a desistir de recurso extraordinário e do agravo para destrancar o recurso extraordinário, previsto no artigo 1.042 do CPC, interpostos nos processos que tramitam no Supremo Tribunal Federal, no Superior Tribunal de Justiça, nos Tribunais Regionais Federais, nas Turmas Recursais, nas Turmas Regionais de Uniformização, na Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, no Tribunal Superior do Trabalho e nos Tribunais Regionais do Trabalho, nas seguintes hipóteses: I - matéria constitucional não prequestionada, nos termos das Súmulas nºs 282 ou 356 do Supremo Tribunal Federal; II - pretensão de simples reexame de fatos e provas, nos termos da Súmula nº 279 do Supremo Tribunal Federal; III - deficiência na fundamentação do recurso extraordinário, nos termos da Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal; IV - falta de impugnação específica dos fundamentos da decisão agravada ou outra deficiência na fundamentação do agravo, nos termos da Súmula nº 287 do Supremo Tribunal Federal; V - mais de um fundamento suficiente na decisão recorrida e o recurso não abranger todos eles, nos termos da Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal; VI - entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal acerca da natureza infraconstitucional ou da constitucionalidade reflexa da matéria, desde que tenha sido interposto recurso especial na origem, ficando ressalvada a possibilidade de aplicação do artigo 1.033 do CPC; VII - negativa de repercussão geral quanto à questão jurídica versada no recurso extraordinário, nos termos do artigo 1.035 do Código de Processo Civil, ficando ressalvada a possibilidade de aplicação do artigo 1.033 do CPC, nos casos em que o Supremo Tribunal Federal declarar a inexistência de repercussão geral sob o fundamento de que a matéria debatida é infraconstitucional; ou VIII - jurisprudência uniforme, estável, íntegra e coerente do Supremo Tribunal Federal, desde que observados os parâmetros estabelecidos em orientações específicas referentes a cada objeto de direito material, expedidas pela Secretaria-Geral de Contencioso.

§ 1º. Para efeito do disposto nos incisos I a VII do caput deste artigo, os Advogados da União devem observar as orientações da Secretaria-Geral de Contencioso, quando houver. § 2º. Os Advogados da União, observados os termos do § 1º deste artigo, ficam autorizados a se abster de interpor, no âmbito dos órgãos judiciários indicados no caput deste artigo: I - recurso extraordinário, quando verificada a ocorrência de qualquer das hipóteses descritas nos incisos I, II, VI, VII e VIII do caput deste artigo; II - agravo do artigo 1.042 do CPC, quando verificado o acerto da decisão judicial que, com

fundamento em qualquer das hipóteses descritas nos incisos I, II, III, V, VI, VII e VIII do caput deste artigo, negar seguimento a recurso extraordinário interposto pela União, ou quando incidir qualquer das hipóteses previstas no artigo 2º desta portaria. Art. 5º. Os Advogados da União ficam autorizados a desistir de recurso especial e do agravo para destrancar o recurso especial, previsto no art. 1.042 do CPC, interpostos nos processos que tramitam no Superior Tribunal de Justiça e nos Tribunais Regionais Federais, nas seguintes hipóteses: I - matéria não prequestionada, nos termos das Súmulas 282 ou 356 do Supremo Tribunal Federal ou da Súmula 211 do Superior Tribunal de Justiça; II - pretensão de simples reexame de prova, nos termos da Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça; III - deficiência na fundamentação do recurso, nos termos da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal; IV - mais de um fundamento suficiente na decisão recorrida e o recurso não abranger todos eles, nos termos da Súmula 283 do Supremo Tribunal Federal; V - o acórdão recorrido se assenta em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e não tiver sido interposto recurso extraordinário, nos termos da Súmula 126 do Superior Tribunal de Justiça; VI - falta de ataque específico dos fundamentos da decisão agravada, nos termos da Súmula 182 do Superior Tribunal de Justiça; VII - entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça acerca da natureza constitucional da matéria, desde que tenha sido interposto recurso extraordinário na origem, ficando ressalvada a possibilidade de aplicação do artigo 1.032 do CPC; ou VIII - jurisprudência uniforme, estável, íntegra e coerente do Superior Tribunal de Justiça, desde que observados os parâmetros estabelecidos em pareceres referenciais específicos, aprovados pelo Procurador-Geral da União, referentes a cada objeto de direito material. § 1º. Para efeito do disposto no caput deste artigo, os Advogados da União devem observar os parâmetros estabelecidos em pareceres referenciais específicos, aprovados pelo Procurador-Geral da União, referentes a cada uma das hipóteses previstas nos incisos I a VII deste artigo. § 2º. Os Advogados da União, observados os termos do § 1º deste artigo, ficam autorizados a se abster de interpor, no âmbito dos órgãos judiciários indicados no caput deste artigo: I - recurso especial, quando verificada a ocorrência de qualquer das hipóteses descritas nos incisos I, II, VII e VIII do caput deste artigo; II - agravo do artigo 1.042 do CPC, quando verificado o acerto da decisão judicial que, com fundamento em qualquer das hipóteses descritas nos incisos I, II, III, IV, V, VII e VIII do caput deste artigo, negar seguimento a recurso especial interposto pela União, ou quando incidir qualquer das hipóteses previstas no artigo 3º desta portaria. Art. 6º. Os Advogados da União ficam autorizados a desistir de recurso de revista e do agravo de instrumento do artigo 897, "b", da CLT, interpostos nos processos que tramitam no Tribunal Superior do Trabalho e nos Tribunais Regionais do Trabalho, bem como dos embargos do artigo 894 da CLT interpostos nos processos que tramitam no Tribunal Superior do Trabalho, nas seguintes hipóteses: I - questão não prequestionada, na forma da Súmula nº 297 do Tribunal Superior do Trabalho; II - pretensão de simples reexame de fatos e provas, na forma da Súmula nº 126 do Tribunal Superior do Trabalho; III - inexistência de demonstração de afronta direta à lei ou à Constituição Federal; IV - inexistência de demonstração de afronta direta à lei ou à Constituição Federal na fase de execução, na forma da Súmula nº 266 do Tribunal Superior do Trabalho; V - deficiência na fundamentação do recurso, nos termos da Súmula nº 422 do Tribunal Superior do Trabalho; VI - ausência de indicação do trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista, a teor do artigo 896, § 1º-A, I, CLT; VII - ausência de indicação, de forma explícita e fundamentada, da contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional, a teor do artigo 896, §1º-A, II, CLT; VIII - ausência de exposição das razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte, a teor do artigo 896, § 1º-A, III, CLT; IX - divergência jurisprudencial não específica, nos termos da Súmula nº 296 do Tribunal Superior do Trabalho; X - ausência de demonstração da divergência jurisprudencial, na forma do artigo 896, § 8º, CLT, das Súmulas 337 e 433 do Tribunal Superior

do Trabalho; XI - recurso de revista contra acórdão regional proferido em agravo de instrumento, na forma da Súmula nº 218 do Tribunal Superior do Trabalho; ou XII - jurisprudência uniforme, estável, íntegra e coerente do Tribunal Superior do Trabalho, desde que observados os parâmetros estabelecidos em pareceres referenciais específicos, aprovados pelo Procurador-Geral da União, referentes a cada objeto de direito material. § 1º. Para efeito do disposto no caput deste artigo, os Advogados da União devem observar os parâmetros estabelecidos em pareceres referenciais específicos, aprovados pelo Procurador-Geral da União, referentes a cada uma das hipóteses previstas nos incisos I a XI deste artigo. § 2º. Os Advogados da União ficam autorizados a se abster de interpor, no âmbito dos órgãos judiciários indicados no caput deste artigo: I - recurso de revista, quando verificada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos seguintes incisos: a) I, II, XI e XII; b) III e IV, desde que inexistente afronta direta à lei ou à Constituição Federal; c) IX, desde que inexistente divergência jurisprudencial específica, nos termos da Súmula nº 296 do TST; e d) X, desde que inexistente divergência jurisprudencial, na forma do artigo 896, § 8º, CLT e das Súmulas 337 e 433 do Tribunal Superior do Trabalho; II - agravo do artigo de instrumento do artigo 897, "b", da CLT, quando verificado o acerto da decisão judicial que, com fundamento em qualquer das hipóteses descritas nos incisos I a XII do caput deste artigo, negar seguimento a recurso de revista interposto pela União; III - embargos do artigo 894 da CLT, quando verificado o acerto da decisão judicial que, com fundamento em qualquer das hipóteses descritas nos incisos I a XII do caput deste artigo, negar conhecimento ou provimento ao recurso de revista ou ao agravo de instrumento em recurso de revista interposto pela União. Art. 7º A Secretaria-Geral do Contencioso e a Procuradoria Geral da União poderão, fundamentadamente, conforme o caso, dispensar o trânsito em julgado dos acórdãos a que se referem o artigo 2º, III, IV, V, VI e VII, e o artigo 3º, I, II, III, IV, VI, VII, VIII, IX e XI. Art. 8º. A Secretaria-Geral do Contencioso e a Procuradoria Geral da União, conforme o caso, poderão autorizar os Advogados da União a se abster de interpor e a desistir de recurso interposto, em casos específicos e concretos, desde que demonstrada, conjunta ou isoladamente, a inexistência de probabilidade de êxito da tese da União, o prejuízo à estratégia de atuação específica para a tese discutida ou que o valor em discussão não compensa o custo da tramitação do processo ou pode ser substancialmente majorado em razão da sucumbência recursal prevista no art. 85, §§ 1º e 11 do CPC. Parágrafo único. A competência prevista no caput deste artigo poderá ser delegada, conforme o caso, para os titulares dos departamentos da Secretaria-Geral do Contencioso ou para os titulares dos departamentos e dos órgãos de execução da Procuradoria-Geral da União. Art. 9º. Em se tratando de matéria comum à União, suas autarquias e fundações públicas, as orientações previstas nesta portaria serão editadas após a concordância entre a Secretaria-Geral do Contencioso, se se tratar de matéria constitucional, ou a Procuradoria Geral da União, se se tratar de matéria infraconstitucional, e a Procuradoria-Geral Federal. Parágrafo único. Ao elaborar proposta de orientação sobre matéria comum, a Secretaria-Geral do Contencioso ou a Procuradoria-Geral da União, conforme o caso, darão ciência dos seus termos à Procuradoria-Geral Federal, que, em concordando, responderá ao órgão que a cientificou e elaborará orientação no mesmo sentido. Art. 10. Na hipótese de abstenção de contestação, os Advogados da União deverão peticionar no feito no prazo da defesa, seja para reconhecer a procedência do pedido, seja para justificar a abstenção de contestação, com fulcro nos termos desta portaria. Art. 11. Na hipótese de abstenção de apelação, de recurso ordinário ou recurso inominado nos termos desta portaria, os Advogados da União deverão manifestar ao Juízo do feito a falta de interesse recursal da União, inclusive para os fins previstos no artigo 496, § 4º, do CPC. Art. 12. As desistências previstas nesta portaria poderão ser efetivadas mediante a realização de mutirões, desde que observada, se for o caso, as respectivas orientações da Secretaria-Geral do Contencioso ou da Procuradoria-Geral da União. Art. 13. A caracterização das hipóteses previstas nesta portaria não afasta o dever de contestar, recorrer ou impugnar especificamente nos seguintes casos: I - incidência de qualquer das hipóteses elencadas no artigo 337 do CPC; II - prescrição ou decadência; III - existência de controvérsia acerca da matéria de fato; IV - ocorrência de pagamento administrativo; V - verificação de outras questões ou

incidentes processuais que possam implicar a extinção da ação; VI - existência de acordo entre as partes, judicial ou extrajudicial; VII - verificação de circunstâncias específicas do caso concreto que possam modificar ou extinguir a pretensão da parte adversa; VIII - discordância quanto a valores ou cálculos apresentados pela parte ou pelo juízo, observadas as regulamentações internas já existentes a respeito da abstenção ou desistência de recurso acerca do tema; IX - situação fática distinta ou questão jurídica não examinada nos precedentes dos Tribunais Superiores e da Turma Nacional de Uniformização que imponham solução jurídica diversa; X - superação dos precedentes judiciais referidos nesta portaria por decisão judicial posterior, hipótese em que deverão ser consideradas as especificidades dos §§ 3º 4º do artigo 927 do CPC, ou por alteração legislativa que altere total ou parcialmente o ato normativo objeto da interpretação fixada pelos Tribunais Superiores e pela Turma Nacional de Uniformização. Parágrafo único. Na hipótese do inciso X deste artigo, observado o disposto no artigo 9º desta portaria, a Secretaria-Geral do Contencioso ou a Procuradoria-Geral da União, conforme o caso, emitirão orientação sobre o alcance da revisão de tese ou da alteração legislativa. Art. 14. Os Advogados da União deverão justificar o reconhecimento da procedência do pedido e a abstenção de contestação e de recurso e a desistência de recurso previstos nesta portaria no sistema interno de controle de processos, no qual esteja cadastrado o processo judicial objeto da justificativa, sem a necessidade de autorização da chefia imediata, indicando, como fundamentos, conforme o caso: I - o artigo e o inciso desta portaria; II - a súmula da Advocacia-Geral da União ou o parecer aprovado nos termos dos artigos 40 ou 41 da Lei Complementar nº 73/1993; ou III - a súmula vinculante, o acórdão ou a súmula do Supremo Tribunal Federal; ou IV - o acórdão ou a súmula do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal Superior do Trabalho ou da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais; e V - o ato de orientação da Secretaria-Geral do Contencioso ou da Procuradoria-Geral da União, nas hipóteses previstas por esta portaria. Art. 15. Imediatamente após expedir orientação para o reconhecimento da procedência do pedido ou abstenção de contestação ou de recurso ou a desistência de recurso com fundamento no artigo 2º, no artigo 3º, no artigo 4º, VIII, desta portaria, a Secretaria-Geral de Contencioso e a Procuradoria-Geral da União, conforme o caso, darão início ao processo administrativo para edição de súmula da Advocacia-Geral da União. Parágrafo único. A regra disposta no caput deste artigo não se aplica à hipótese prevista no artigo 2º, I, desta portaria. Art. 16. Ficam revogadas a Portaria nº 171, de 29 de março de 2011, a Portaria nº 260, de 22 de junho 2012, a Portaria nº 227, de 3 de julho de 2014, a Portaria nº 380, de 15 de outubro de 2014, a Portaria nº 534, de 22 de dezembro de 2015, e a Portaria nº 60, de 4 de fevereiro de 2016. Art. 17. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FÁBIO MEDINA OSÓRIO

PORTARIA No 488, DE 27 DE JULHO DE 2016

Estabelece procedimentos a serem adotados em caso de reconhecimento da procedência do pedido, abstenção de contestação e de recurso e desistência de recurso e dá outras providências no âmbito da Procuradoria Geral Federal. O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, VI, XIII e XVIII artigo 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, bem como o artigo 4º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e Considerando os termos do Acordo de Cooperação Técnica nº 052/2009/CNJ, de 9 de junho de 2009, celebrado entre a Advocacia Geral da União - AGU e o Conselho Nacional de Justiça - CNJ; Considerando os termos da Portaria Interinstitucional nº 1.186, de 2 de julho de 2014, subscrita pelo Advogado-Geral da União, pelo Ministro de Estado da Justiça, pelo Ministro de Estado da Previdência Social e pelo Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público; Considerando que, com o advento do novo Código de Processo Civil, Lei Federal nº 13.105/2015 (CPC), que inaugurou uma inovadora sistemática de precedentes vinculantes e técnicas de julgamento de casos repetitivos na ordem processual civil brasileira, revela-se necessária a atualização da redação das Portarias nºs. 171/2011, 260/2012, 227/2014, 380/2014, 534/2015 e 60/2016, que dispõem sobre abstenção de contestação e de recurso e desistência de recurso, resolve: Art. 1º

Estabelecer os procedimentos a serem observados pelos Procuradores Federais para reconhecimento da procedência do pedido, abstenção de contestação e de recurso e desistência de recurso já interposto, nos casos em que especifica. Art. 2º Os Procuradores Federais ficam autorizados a reconhecer a procedência do pedido, a abster-se de contestar e de recorrer e a desistir dos recursos já interpostos quando a pretensão deduzida ou a decisão judicial estiver de acordo com: I - súmula da Advocacia-Geral da União ou parecer aprovado nos termos dos artigos 40 ou 41 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; II - súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal; III - acórdão transitado em julgado, proferido em sede de controle concentrado de constitucionalidade; IV - acórdão transitado em julgado, proferido em sede de recurso extraordinário representativo de controvérsia, processado nos termos do artigo 1.036 do CPC; V - acórdão transitado em julgado, proferido pelo Supremo Tribunal Federal em sede de recurso extraordinário em incidente de resolução de demandas repetitivas, processado nos termos do artigo 987 do CPC; VI - acórdão transitado em julgado, proferido pelo Supremo Tribunal Federal em sede de incidente de assunção de competência, processado nos termos do artigo 947 do CPC; e VII - acórdão transitado em julgado proferido pelo plenário e súmula do Supremo Tribunal Federal, caso a controvérsia sobre matéria constitucional seja atual. § 1º. A Secretaria-Geral de Contencioso, no caso de súmulas vinculantes e matérias comuns à União e suas autarquias e fundações públicas federais, e a Procuradoria-Geral Federal darão imediata ciência aos Procuradores Federais da publicação da súmula vinculante ou do acórdão do Supremo Tribunal Federal, sem prejuízo da expedição de orientações sobre o seu alcance e parâmetros, quando necessário. § 2º. Em se tratando da hipótese prevista no inciso VII do caput deste artigo, o reconhecimento da procedência do pedido, a abstenção de contestação e de recurso e a desistência de recurso já interposto somente podem ser efetivadas se observados os parâmetros estabelecidos em orientações específicas para cada objeto de direito material aprovadas pela Secretaria-Geral de Contencioso, no caso de matérias comuns à União e suas autarquias e fundações públicas federais, ou pela Procuradoria-Geral Federal. Art. 3º A Procuradoria-Geral Federal poderá orientar os Procuradores Federais a reconhecer a procedência do pedido, a abster-se de contestar e de recorrer e a desistir dos recursos já interpostos, quando a pretensão deduzida ou a decisão judicial estiver de acordo com: I - acórdão transitado em julgado proferido pelo Superior Tribunal de Justiça em sede de recurso especial representativo de controvérsia, processado nos termos do artigo 1.036 do CPC; II - acórdão transitado em julgado, proferido pelo Superior Tribunal de Justiça em sede de recurso especial em incidente de resolução de demandas repetitivas, processado nos termos do artigo 987 do CPC; III - acórdão transitado em julgado, proferido pelo Superior Tribunal de Justiça em sede de incidente de assunção de competência, processado nos termos do artigo 947 do CPC; IV - acórdão transitado em julgado proferido pela Corte Especial e súmula do Superior Tribunal de Justiça, caso a controvérsia sobre matéria infraconstitucional seja atual; V - acórdão transitado em julgado, proferido pelo Tribunal Superior do Trabalho em sede de recurso de revista representativo de controvérsia, processado nos termos do art. 896-C da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); VI - acórdão transitado em julgado, proferido pelo Tribunal Superior do Trabalho em sede de recurso de revista em incidente de resolução de demandas repetitivas, processado nos termos do artigo 987 do CPC, conforme o artigo 8º da Instrução Normativa nº 39/2016, aprovada pela Resolução nº 203, de 15 de março de 2016, do Pleno do TST; VII - acórdão transitado em julgado, proferido pelo Tribunal Superior do Trabalho em sede de incidente de assunção de competência, processado nos termos do artigo 947 do CPC, conforme o artigo 3º, XXV, da Instrução Normativa nº 39/2016, aprovada pela Resolução nº 203, de 15 de março de 2016, do Pleno do Tribunal Superior do Trabalho; VIII - acórdão transitado em julgado proferido pelo Pleno e súmula do Tribunal Superior do Trabalho, caso a controvérsia sobre matéria infraconstitucional seja atual; IX - acórdão transitado em julgado, proferido pela Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em sede de incidente representativo de controvérsia, processado nos termos do art. 7º, VII, a, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, nos processos que tramitam nos Juizados Especiais Federais.

Parágrafo único. Na elaboração da orientação de que trata o caput deste artigo, deverá ser considerada a probabilidade de reversão da respectiva tese pelo Superior Tribunal de Justiça ou pelo Supremo Tribunal Federal, devendo, nesta última hipótese, ser ouvida a Secretaria-Geral de Contencioso, quando a matéria for comum à União e às autarquias e fundações públicas federais. Art. 4º - Os Procuradores Federais ficam autorizados, inclusive mediante a realização de mutirões, a desistir do recurso extraordinário e do agravo para destrancar o recurso extraordinário, previsto no artigo 1.042 do CPC, interpostos nos processos que tramitam no Supremo Tribunal Federal, no Superior Tribunal de Justiça, nos Tribunais Regionais Federais e nos Tribunais de Justiça, bem como nas Turmas Recursais, nas Turmas Regionais de Uniformização e na Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, no Tribunal Superior do Trabalho e nos Tribunais Regionais do Trabalho, nas seguintes hipóteses: I - matéria constitucional não prequestionada, nos termos das Súmulas nºs 282 ou 356 do Supremo Tribunal Federal; II - pretensão de simples reexame de fatos e provas, nos termos da Súmula nº 279 do Supremo Tribunal Federal; III - deficiência na fundamentação do recurso extraordinário, nos termos da Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal; IV - falta de impugnação específica dos fundamentos da decisão agravada ou outra deficiência na fundamentação do agravo, nos termos da Súmula nº 287 do Supremo Tribunal Federal; V - mais de um fundamento suficiente na decisão recorrida e o recurso não abranger todos eles, nos termos da Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal; VI - decisão impugnada de acordo com entendimento do Supremo Tribunal Federal firmado em regime de repercussão geral ou em julgamento de recursos repetitivos, nos termos dos artigos 1035 e 1036 do CPC; VII - jurisprudência uniformizada, estável, íntegra e coerente do Supremo Tribunal Federal, desde que observe os parâmetros estabelecidos em orientações específicas para cada objeto de direito material, expedidas pela Secretaria-Geral de Contencioso, no caso de matérias comuns à União e suas autarquias e fundações públicas federais, ou pela Procuradoria-Geral Federal. § 1º. Para efeito do disposto no caput deste artigo, os Procuradores Federais devem observar, conforme o caso, as orientações da Secretaria-Geral de Contencioso, no caso de matérias comuns à União e suas autarquias e fundações públicas federais, e da Procuradoria-Geral Federal, quando houver. § 2º. Os Procuradores Federais, observados os termos do § 1º, ficam autorizados a se abster de interpor, no âmbito dos órgãos judiciários indicados no caput deste artigo: I - recurso extraordinário, quando verificada a ocorrência de qualquer das hipóteses descritas nos incisos I, II, VI e VII do caput deste artigo; II - agravo do artigo 1.042 do CPC, quando verificado o acerto da decisão judicial que, com fundamento em qualquer das hipóteses descritas nos incisos I, II, III, V, VI e VII do caput deste artigo, negar seguimento a recurso extraordinário ou quando a decisão de inadmissão do recurso estiver fundada em entendimento firmado em súmula vinculante, regime de repercussão geral, julgamento de casos repetitivos, julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas, julgamento de incidente de assunção de competência ou, observado o § 2º do art. 2º desta portaria, julgamento do plenário ou súmulas comuns em matéria constitucional. Art. 5º. Os Procuradores Federais ficam autorizados, inclusive mediante a realização de mutirões, a desistir do recurso especial e do agravo para destrancar o recurso especial, previsto no art. 1.042 do CPC, interpostos nos processos que tramitam no Superior Tribunal de Justiça, nos Tribunais Regionais Federais e nos Tribunais de Justiça, nas seguintes hipóteses: I - matéria não prequestionada, nos termos das Súmulas 282 ou 356 do Supremo Tribunal Federal ou da Súmula 211 do Superior Tribunal de Justiça; II - pretensão de simples reexame de prova, nos termos da Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça; III - deficiência na fundamentação do recurso, nos termos da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal; IV - mais de um fundamento suficiente na decisão recorrida e o recurso não abranger todos eles, nos termos da Súmula 283 do Supremo Tribunal Federal; V - o acórdão recorrido se assenta em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e não tiver sido interposto recurso extraordinário, nos termos da Súmula 126 do Superior Tribunal de Justiça; VI - falta de ataque específico dos fundamentos da decisão agravada, nos termos da Súmula 182 do Superior Tribunal de Justiça; VII - decisão impugnada

de acordo com entendimento do Superior Tribunal de Justiça firmado em julgamento de recursos repetitivos, nos termos do art. 1036 do CPC; VIII - jurisprudência uniformizada, estável, íntegra e coerente do Superior Tribunal de Justiça, desde que seja observada orientação específica referente a cada objeto de direito material expedida pela Procuradoria-Geral Federal. § 1º. Para efeito do disposto no caput deste artigo, os Procuradores Federais devem observar as orientações específicas expedidas pela Procuradoria-Geral Federal para cada uma das hipóteses previstas nos respectivos incisos, quando houver. § 2º. Os Procuradores Federais, observados os termos dos § 1º, ficam autorizados a se abster de interpor, no âmbito dos órgãos judiciários indicados no caput deste artigo: I - recurso especial, quando verificada a ocorrência de qualquer das hipóteses descritas nos incisos I, II, VII e VIII do caput deste artigo; II - agravo do artigo 1.042 do CPC, quando verificado o acerto da decisão judicial que, com fundamento em qualquer das hipóteses descritas nos incisos I, II, III, IV, V, VII e VIII do caput deste artigo, negar seguimento a recurso especial ou quando a decisão de inadmissão do recurso estiver fundada em entendimento firmado em julgamento de casos repetitivos, em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas, em julgamento de incidente de assunção de competência ou em súmulas comuns em matéria infraconstitucional. . Art. 6º. Os Procuradores Federais ficam autorizados a desistir do recurso de revista e do agravo de instrumento do artigo 897, "b", da CLT, interpostos nos processos que tramitam no Tribunal Superior do Trabalho e nos Tribunais Regionais do Trabalho, bem como dos embargos do artigo 894 da CLT interpostos nos processos que tramitam no Tribunal Superior do Trabalho, nas seguintes hipóteses: I - questão não prequestionada, na forma da Súmula nº 297 do Tribunal Superior do Trabalho; II - pretensão de simples reexame de fatos e provas, na forma da Súmula nº 126 do Tribunal Superior do Trabalho; III - inexistência de demonstração de afronta direta à lei ou à Constituição Federal; IV - inexistência de demonstração de afronta direta à lei ou à Constituição Federal na fase de execução, na forma da Súmula nº 266 do Tribunal Superior do Trabalho; V - deficiência na fundamentação do recurso, nos termos da Súmula nº 422 do Tribunal Superior do Trabalho; VI - ausência de indicação do trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista, a teor do artigo 896, §1º-A, I, CLT; VII - ausência de indicação, de forma explícita e fundamentada, da contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional, a teor do artigo 896, §1º-A, II, CLT; VIII - ausência de exposição das razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte, a teor do artigo 896, §1º-A, III, CLT; IX - divergência jurisprudencial não específica, nos termos da Súmula nº 296 do Tribunal Superior do Trabalho; X - ausência de demonstração da divergência jurisprudencial, na forma do artigo 896, § 8º, CLT, das Súmulas 337 e 433 do Tribunal Superior do Trabalho; XI - recurso de revista contra acórdão regional proferido em agravo de instrumento, na forma da Súmula nº 218 do Tribunal Superior do Trabalho; ou XII - jurisprudência uniformizada, estável, íntegra e coerente do Tribunal Superior do Trabalho, desde que seja observada orientação específica referente a cada objeto de direito material expedida pelo Procurador-Geral Federal. § 1º. Para efeito do disposto no caput deste artigo, os Procuradores Federais devem observar as orientações específicas expedidas pela Procuradoria-Geral Federal para cada uma das hipóteses previstas nos respectivos incisos, quando houver. § 2º. Os Procuradores Federais ficam autorizados a se abster de interpor, no âmbito dos órgãos judiciários indicados no caput deste artigo: I - recurso de revista, quando verificada a ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses: a) incisos I, II, XI e XII; b) incisos III e IV, desde que inexistente afronta direta à lei ou à Constituição Federal; c) inciso IX, desde que inexistente divergência jurisprudencial específica, nos termos da Súmula nº 296 do TST; e d) inciso X, desde que inexistente divergência jurisprudencial, na forma do artigo 896, § 8º, CLT e das Súmulas 337 e 433 do Tribunal Superior do Trabalho; II - agravo de instrumento do artigo 897, "b", da CLT, quando verificado o acerto da decisão judicial que, com fundamento em qualquer das hipóteses descritas nos incisos I a XII do caput deste artigo, negar

seguimento a recurso de revista; III - embargos do artigo 894 da CLT, quando verificado o acerto da decisão judicial que, com fundamento em qualquer das hipóteses descritas nos incisos I a XII do caput deste artigo, negar conhecimento ou provimento ao recurso de revista ou ao agravo de instrumento em recurso de revista. Art. 7º- Os Procuradores Federais ficam autorizados a não recorrer ou desistir do recurso de que trata o art. 14 da lei 10.259/2001, e do agravo para destrancar pedido de uniformização de interpretação de lei federal, quando não houver decisão divergente proferida por outra Turma Recursal ou pelas Turmas Regional ou Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais ou pelo Superior Tribunal de Justiça sobre questão de direito material idêntica ou semelhante àquela objeto da controvérsia judicial. Art. 8º A Procuradoria-Geral Federal, ouvida a Secretaria Geral do Contencioso quando a matéria constitucional em julgamento no Supremo Tribunal Federal for comum à União e suas autarquias e fundações públicas federais, poderá, fundamentadamente, dispensar que se aguarde a publicação dos acórdãos a que se referem o artigo 2º, III, IV, V, VI e VII, e o artigo 3º para emitir as orientações de que trata esta portaria aos seus órgãos de execução. Art. 9º. Os Procuradores Federais poderão abster-se de interpor e a desistir de recurso interposto, em casos específicos e concretos, desde que demonstrado, conjunta ou isoladamente, o prejuízo à estratégia recursal definida pela Procuradoria-Geral Federal para a tese discutida ou que o valor em discussão não compensa o custo da tramitação do processo ou que a condenação da entidade representada pode ser substancialmente majorada em razão da sucumbência recursal prevista no art. 85, §§ 1º e 11 do CPC. § 1º. A caracterização das hipóteses previstas no caput não afasta o dever de recorrer e manter a irresignação recursal quando o objeto da demanda tenha potencial para gerar relevante multiplicação de processos judiciais idênticos ou semelhantes que prejudique a análise individual da relação entre o valor em discussão e o custo da tramitação do processo e a majoração da condenação da entidade representada em razão da sucumbência recursal. § 2º. Para efeito do disposto neste artigo, os Procuradores Federais devem observar as orientações específicas expedidas pela Procuradoria-Geral Federal para cada uma das hipóteses previstas no caput, quando houver. § 3º. Para os fins do disposto no § 2º, os Procuradores Federais atuantes no processo judicial, bem como os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal, inclusive as Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto às autarquias e fundações públicas federais, deverão informar ao Departamento de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal quando verificarem prejuízo à estratégia recursal definida pela Procuradoria-Geral Federal para a tese discutida e quando se depararem com casos em que seja necessária a aplicação do § 1º deste artigo. Art. 10. Em se tratando de processo judicial no Supremo Tribunal Federal com matéria constitucional comum à União, suas autarquias e fundações públicas, as orientações previstas nesta Portaria serão editadas após a concordância entre a Secretaria-Geral do Contencioso e a Procuradoria-Geral Federal. Parágrafo único. Aquele que primeiro elaborar a proposta de orientação sobre matéria comum dará ciência dos seus termos ao outro, que, em concordando, responderá àquele que o cientificou e elaborará orientação no mesmo sentido. Art. 11. Na hipótese de abstenção de contestação, os Procuradores Federais deverão peticionar no feito no prazo da defesa, seja para reconhecer a procedência do pedido, seja para justificar a abstenção de contestação, com fulcro nos termos desta portaria. Art. 12. A caracterização das hipóteses previstas nesta portaria não afasta o dever de contestar, recorrer ou impugnar especificamente nos seguintes casos: I - incidência de qualquer das hipóteses elencadas no art. 337 do CPC; II - prescrição ou decadência III - existência de controvérsia acerca da matéria de fato; IV - ocorrência de pagamento administrativo; V - verificação de outras questões ou incidentes processuais que possam implicar a extinção da ação; VI - existência de acordo entre as partes, judicial ou extrajudicial; VII - verificação de circunstâncias específicas do caso concreto que possam modificar ou extinguir a pretensão da parte adversa; VIII - discordância quanto a valores ou cálculos apresentados pela parte ou pelo juízo, observadas as regulamentações internas já existentes a respeito da não interposição de recursos ou desistência daqueles já interpostos nesse tema; IX - situação fática distinta ou questão jurídica não examinada nos precedentes dos Tribunais Superiores e da Turma Nacional

de Uniformização que imponha solução jurídica diversa; X - superação dos precedentes judiciais fixados nesta portaria ou por decisão judicial posterior, hipótese em que deverão ser consideradas as especificidades dos parágrafos 3º e 4º do art. 927 do CPC, ou por alteração legislativa que modifique total ou parcialmente o ato normativo objeto da interpretação fixada pelos Tribunais Superiores e pela Turma Nacional de Uniformização. Parágrafo único. Na hipótese dos incisos IX e X, a Secretaria-Geral do Contencioso, nos casos do art. 9º, ou a Procuradoria Geral Federal emitirão orientação sobre o alcance e impacto da revisão de tese ou da alteração legislativa na aplicação desta portaria. Art. 13. Os Procuradores Federais deverão justificar o reconhecimento da procedência do pedido e a abstenção de contestação e de recurso e a desistência de recurso previstos nesta portaria no sistema interno de controle de processos, no qual esteja cadastrado o processo judicial objeto da justificativa, sem a necessidade de autorização da chefia imediata, indicando como fundamento a aplicação do artigo e do inciso desta portaria ao caso concreto sobre sua responsabilidade. Parágrafo único. Não se aplica o disposto no caput deste artigo em processos judiciais com valor de condenação de até 60 (sessenta) salários mínimos. Art. 14. Imediatamente após expedirem orientação para o reconhecimento da procedência do pedido ou abstenção de contestação ou de recurso ou a desistência de recurso com fundamento no artigo 2º, no artigo 3º, no artigo 4º, VII, no artigo 5º, VIII, ou no artigo 6º, XII, desta Portaria, a Secretaria-Geral de Contencioso, nos termos do art. 9º, e a Procuradoria-Geral Federal, darão início ao processo administrativo para edição de súmula da Advocacia-Geral da União, salvo na hipótese prevista no artigo 2º, I, desta portaria. Art. 15. Esta portaria não afasta a aplicação da Portaria nº 109, de 30/01/2007, da Portaria nº 377, de 25/08/2011, da Portaria nº 46, de 13/02/2013 e da Portaria nº 98, de 09/04/2013. Art. 16. Ficam delegadas ao Procurador-Geral Federal as competências de que tratam o caput e o § 4º do artigo 1º da Lei nº 9.469, de 1997, para, no âmbito de suas atribuições, normatizar e autorizar a celebração de acordos ou transações, em juízo, para prevenir ou terminar o litígio. Art. 17. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO MEDINA OSÓRIO

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

PORTARIA No - 468, DE 27 DE JULHO DE 2016

O **SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL**, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria MF nº 244, de 16 de julho de 2012, e considerando o disposto no § 3º do art. 165 da Constituição Federal; considerando o estabelecido nos arts. 2º, 52 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Considerando o disposto no inciso I do art. 6º do Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009, e no inciso I do art. 17 da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, que conferem à Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, a condição de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal; Considerando as competências do órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, estabelecidas no art. 7º do Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009, complementadas pelo disposto no inciso I do art. 24 do Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993, e no inciso XIV do art. 21 do Anexo I do Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011; resolve: Art. 1º Divulgar o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal, de acordo com a Portaria nº 553, de 22 de setembro de 2014, da STN, com informações realizadas e registradas no SIAFI pelos órgãos e entidades da Administração Pública, relativo ao mês de junho de 2016, outros demonstrativos da execução orçamentária e respectivas notas explicativas. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI

Ver anexos: SEÇÃO 1.5, SEÇÃO 1.6, SEÇÃO 1.7 e SEÇÃO 1.8

Seção 2

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PORTARIA CONJUNTA Nº 20, DE 23 DE JUNHO DE 2016

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL** e o **CORREGEDOR-GERAL DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS**, respectivamente, no uso da competência de que, trata o inciso VI, do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002 e as atribuições conferidas pelo inciso III do artigo 12, do anexo I do Decreto Presidencial nº 7.556, de 24 de agosto de 2011, publicado no DOU de 25 de agosto de 2011, e a delegação de competência prevista no art. 1º da Portaria nº 699/INSS/PRES, de 28 de julho de 2009, publicada no DOU de 29 de julho de 2009, prorrogada pela Portaria 60/INSS/PRES, de 22 de janeiro de 2010, publicada no DOU de 25 de janeiro de 2010, prorrogada pela Portaria nº 783/INSS/PRES, de 29 de julho de 2010, publicada no DOU de 2 de agosto de 2010, prorrogada pela Portaria nº 62/INSS/PRES, de 27 de janeiro de 2011, publicada no DOU de 1º de fevereiro de 2011, prorrogada pela Portaria nº 736/INSS/PRES, de 17 de agosto de 2011, publicada no DOU de 18 de agosto de 2011, prorrogada pela Portaria nº 209/INSS/PRES, de 15 de fevereiro de 2012, publicada no DOU de 27 de fevereiro de 2012, prorrogada pela Portaria nº 1.318/INSS/PRES, de 11 de setembro de 2012, publicada, no DOU de 12 de setembro de 2012, prorrogada pela Portaria nº 622/INSS/PRES, de 6 de março de 2013, publicada no DOU de 7 de março de 2013, prorrogada pela Portaria nº 189/INSS/PRES, de 6 de março de 2014, publicada no DOU de 7 de março de 2014, prorrogada pela Portaria nº 1.041/INSS/PRES, de 29 de agosto de 2014, publicada no DOU de 1º de setembro de 2014, prorrogada pela Portaria nº 174/INSS/PRES, de 3 de março de 2015, publicada no DOU de 4 de março de 2015, prorrogada pela Portaria nº 817/INSS/PRES, de 27 de agosto de 2015, publicada no DOU de 28 de agosto de 2015, prorrogada pela Portaria nº 226/INSS/PRES, de 25 de fevereiro de 2016, publicada no DOU de 26 de fevereiro de 2016, e considerando o disposto nos artigos 143 e seguintes da Lei nº 8.112, de 1990, resolvem: Art. 1º Prorrogar a Comissão Processante designada pela Portaria Conjunta nº 120, de 28 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, de 30 de outubro de 2008, prorrogada pela Portaria Conjunta nº 151, de 12 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, de 31 de dezembro de 2008, reconduzida pela Portaria Conjunta nº 35, de 9 de março de 2009, publicada no Diário Oficial da União, de 10 de março de 2009, reconduzida pela Portaria Conjunta nº 57, de 16 de abril de 2010, publicada no Diário Oficial da União, de 19 de abril de 2010, reconduzida por último pela Portaria nº 6, de 23 de março de 2016, publicada no Diário Oficial da União, de 4 de maio de 2016, com a nomeação dos Procuradores Federais RODRIGO FERNANDO MACHADO CHAVES, matrícula SIAPE nº 1358375, RICARDO QUARTIM DE MORAES, matrícula SIAPE nº 1481482 e, a substituição do Procurador Federal RUY TELLES BORBOREMA NETO, matrícula SIAPE nº 1662129, pela Técnica do Seguro Social, KELLY WATABABE KOKETSU, matrícula SIAPE nº 1114273, sob a Presidência do primeiro, visando prosseguir na apuração dos fatos apontados nos autos do Processo Administrativo Disciplinar 35000.000302/2008-28, bem como fatos conexos. Art. 2º A Comissão tem prazo de 60 (sessenta) dias para ultimar os trabalhos apuratórios. Art. 3º Esta Comissão entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

RONALDO GUIMARÃES GALLO

Procurador-Geral Federal

SILVIO GONÇALVES SEIXAS

Corregedor-Geral do INSS

PORTARIA CONJUNTA Nº 23, DE 4 DE JULHO DE 2016

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL** e o **PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA**, no uso das competências de que tratam o inciso VI, do § 2º, do art. 11, da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002 e, o contido no art. 143, da Lei nº 8.112, de 11

de dezembro de 1990, resolvem: Art. 1º Designar os Procuradores Federais LEVI ALVES DE SOUZA, matrícula SIAPE nº 0446321, e BRENO AUGUSTO CAVALCANTE DA FONSECA, matrícula SIAPE nº 1610447 para, sob a presidência do primeiro, substituírem as Procuradoras Federais CAMILA GOMES PERES, matrícula SIAPE nº 1585453, e NICOLE ROMEIRO TAVEIROS, matrícula SIAPE nº 1243345, visando a apurar os fatos apontados nos autos do Processo Administrativo nº 00407.000373/2012-50 e apensos, bem como, os fatos conexos. Art. 2º Reconduzir os trabalhos da Comissão Processante pelo prazo de 60 (sessenta) dias para ultimar os trabalhos. Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, convalidando-se os atos praticados posteriormente à vigência da Portaria Conjunta nº 10, de 13 de abril de 2016.

RONALDO GUIMARÃES GALLO

Procurador-Geral Federal

LEONARDO GÓES SILVA

Presidente do INCRA

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 282, DE 25 DE JULHO DE 2016

O **SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria AGU nº 444, de 12 de julho de 2016, e considerando o que consta do Processo Administrativo nº 00435.004008/2016-19, resolve: DESIGNAR ALEXANDRE ELIO SCARIOT, Procurador Federal, matrícula SIAPE nº 1525332, para exercer a função de Chefe de Seção de Cobrança e Recuperação de Créditos, código FG-1, da Procuradoria Seccional Federal em Chapecó/SC.

RENATO DANTAS DE ARAUJO

PORTARIA Nº 286, DE 25 DE JULHO DE 2016

O **SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VII do art. 44 do Regimento Interno da Secretaria-Geral de Administração, aprovado pela Portaria AGU nº 51, de 21 de fevereiro de 2013, os incisos II e V do art. 30 do Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010, e o art. 11 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, RESOLVE: Art. 1º Dispensar JÚNIA CRISTINA FRANÇA SANTOS EGÍDIO, matrícula SIAPE nº 1175797, da atribuição de Ordenador de Despesa Titular da Unidade Gestora 110060 - Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças/SGA/AGU. Art. 2º Delegar competência a RODRIGO FERREIRA DA SILVA, matrícula SIAPE nº 2481997, para a atribuição de Ordenador de Despesa Titular da Unidade Gestora 110060 - Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças/SGA/AGU. Art. 3º Dispensar RODRIGO FERREIRA DA SILVA, matrícula SIAPE nº 2481997, da atribuição de Ordenador de Despesa Substituto da Unidade Gestora 110060 - Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças/SGA/AGU. Art. 4º Delegar competência a DANILO DE FREITAS QUEIROZ, matrícula SIAPE nº 1823519, para a atribuição de Ordenador de Despesa Substituto da Unidade Gestora 110060 - Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças/SGA/AGU. Art. 5º Dispensar RODRIGO FERREIRA DA SILVA, matrícula SIAPE nº 2481997, da atribuição de Gestor Financeiro Titular da Unidade Gestora 110060 - Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças/SGA/AGU. Art. 6º Delegar competência a DANILO DE FREITAS QUEIROZ, matrícula SIAPE nº 1823519, para a atribuição de Gestor Financeiro Titular da Unidade Gestora 110060 - Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças/SGA/AGU. Art. 7º Dispensar DANILO DE FREITAS QUEIROZ, matrícula SIAPE nº 1823519, da atribuição de Gestor Financeiro Substituto da Unidade Gestora 110060 - Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças/SGA/AGU. Art. 8º Delegar competência a MÁRCIO HENRIQUE DA SILVA, matrícula SIAPE nº 1651101, para a atribuição de Gestor Financeiro Substituto da Unidade Gestora 110060 - Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças/SGA/AGU. Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo convalidados os atos praticados a partir de 11 de julho de 2016. RENATO DANTAS DE ARAUJO

SECRETARIA-GERAL DE CONSULTORIA

PORTARIA Nº 547, DE 27 DE JULHO DE 2016

O **SECRETÁRIO-GERAL DE CONSULTORIA DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 444/AGU, de 12 de julho de 2016, e tendo em vista o que consta do Processo nº 00447.000406/2016-19, resolve EXONERAR, a pedido, SORAYA KAWAKAMI, do cargo efetivo de Advogada da União, matrícula Siape nº 2087226, código da vaga nº 915616, a contar de 06 de julho de 2016.

PAULO HENRIQUE KUHN

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 486/SGCS, de 25 de julho de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 143, de 27 de julho de 2016, Seção 2, página 3, onde se lê: "Portaria nº 486, de 25 de julho de 2016", leia-se: "Portaria nº 546, de 25 de julho de 2016".

SEÇÃO 3

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO EM SÃO PAULO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2016 - UASG 110099

Número do Contrato: 10/2013. Nº Processo: 00589000348201366. PREGÃO SRP Nº 16/2013. Contratante: SUPERINTENDENCIA DE ADMINISTRACAO-NO ESTADO DE SAO PAUL. CNPJ Contratado: 73822058000194. Contratado: VB SERVICOS AUTOMOTIVOS EIRELI - -EPP. Objeto: Prorrogar a vigência do contrato por mais 12(doze) meses, sem alteração de valores, ressalvado o direito de repactuação. Fundamento Legal: art. 57, II da Lei 8666/93. Vigência: 29/07/2016 a 28/07/2017. Valor Total: R\$98.386,92. Fonte: 100000000 - 2016NE800164. Data de Assinatura: 26/07/2016. (SICON - 27/07/2016) 110099-00001-2016NE000095